



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 3

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-553-2 DOI 10.22533/at.ed.532192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INSERÇÃO DA INFORMÁTICA NA FORMAÇÃO DE CURSOS DE LICENCIATURA NO SERTÃO PARAIBANO	
Vitor Abílio Sobral Dias Afonso Lilian Maria Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5321921081	
CAPÍTULO 2	14
A IOT NAS BASES TECNOLÓGICAS: OPORTUNIDADES DE EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS A JOVENS E ADULTOS	
Romeu Afecto Jane Cardote Tavares Adriana Aparecida de Lima Terçariol	
DOI 10.22533/at.ed.5321921082	
CAPÍTULO 3	25
A PRÁTICA EDUCATIVO-PROGRESSIVA AUTÔNOMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE PEDAGÓGICA NO ENSINO DA DISCIPLINA CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS	
Alexandre César Batista da Silva Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Elyrouse Cavalcante de Oliveira Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5321921083	
CAPÍTULO 4	37
AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM COMO INDICADOR DA QUALIDADE EDUCACIONAL	
Ubaldo de Jesus Fonseca Mário Marcos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.5321921084	
CAPÍTULO 5	49
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS AGRURAS NO ATUAL CONTEXTO EDUCACIONAL	
Ivete Janice de Oliveira Brotto Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes Rosane Toebe Zen Tatiana Marchetti	
DOI 10.22533/at.ed.5321921085	
CAPÍTULO 6	60
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – UMA TRAMA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO	
Luciana Cordeiro Limeira	
DOI 10.22533/at.ed.5321921086	

CAPÍTULO 7	74
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: IMPLICAÇÕES NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA- SAEB	
Mirian Souza da Silva Cleudilanda Paula Pimenta Maria Dulciléa Bezerra Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.5321921087	
CAPÍTULO 8	86
BASES TEÓRICAS DA INFORMÁTICA EDUCATIVA NA ESCOLA BÁSICA	
Cinthya Maduro de Lima Dinair Leal da Hora	
DOI 10.22533/at.ed.5321921088	
CAPÍTULO 9	98
CIDADANIA PLANETÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ	
Ana Cláudia Farias Gomes Brena Samyly Sampaio de Paula Nery Lourdes Braz de Sousa Renata Faustino dos Santos Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5321921089	
CAPÍTULO 10	105
CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Angélica Tommasini Luciane Inocente Ana Sara Castaman	
DOI 10.22533/at.ed.53219210810	
CAPÍTULO 11	115
CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À CRÍTICA AO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Rodrigo Simão Camacho Bernardo Mançano Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.53219210811	
CAPÍTULO 12	137
CURRÍCULO ESCOLAR FREIREANO: POSSIBILIDADE DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NEGRA	
Ana D'Arc Martins de Azevedo Ivanilde Apoluceno de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210812	
CAPÍTULO 13	149
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE: ENFRENTAMENTOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Dejacy de Arruda Abreu Ozerina Victor de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210813	

CAPÍTULO 14	161
DIFICULDADES PARA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM SALA DE AULA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Adonias Guimarães de Santana Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210814	
CAPÍTULO 15	174
DISCURSO NA LITERATURA INFANTIL E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS	
Aguinaldo da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.53219210815	
CAPÍTULO 16	184
DOCÊNCIA NO BRASIL – POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDOS NA RBEP (1944 A 1946) AOS ATUAIS	
Maria Dulciléa Bezerra Chaves Mirian Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53219210816	
CAPÍTULO 17	196
EDUCAÇÃO DOMICILIAR: UM DESAFIO PARA O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Natanael Pereira da Silva Sônia Regina Basili Amoroso	
DOI 10.22533/at.ed.53219210817	
CAPÍTULO 18	209
EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Juliana Maria Quiezi	
DOI 10.22533/at.ed.53219210818	
CAPÍTULO 19	218
EMPREENDEDORISMO INTERDISCIPLINAR: DA ACADEMIA AO MUNDO PROJETOS DE ENSINO E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Gilson Luiz Rodrigues Souza Tiago Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210819	
CAPÍTULO 20	227
ESTÉTICAS TECNOLÓGICAS, PERCEPÇÕES SENSÍVEIS E ARTE: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO	
Aliana França Camargo Costa Ana Lara Casagrande	
DOI 10.22533/at.ed.53219210820	
CAPÍTULO 21	236
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES ADOLESCENTES	
Lisliê Lopes Vidal Edna Rosa Correia Neves	
DOI 10.22533/at.ed.53219210821	

CAPÍTULO 22	251
ESTRATÉGIAS LEITORAS EM AMBIENTES DIGITAIS	
Luíza Selis Santos Santana	
DOI 10.22533/at.ed.53219210822	
CAPÍTULO 23	263
EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS SOBRE CONSCIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRANSDISCIPLINARIDADE A PARTIR DA INTERVENÇÃO DA EDUCADORA MARIBEL BARRETO	
Juliana Costa	
DOI 10.22533/at.ed.53219210823	
CAPÍTULO 24	275
FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE RECORTE TEÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	
Heliasmyne Asthiliem Nascimento de Almeida Edir Vilmar Henig	
DOI 10.22533/at.ed.53219210824	
CAPÍTULO 25	287
FORMAÇÃO DOCENTE E O USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM SALA DE AULA: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS	
Luciene de Moraes Rosa Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci Marly Augusta Lopes de Magalhães Elídia Paula Cristino Bernardes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53219210825	
CAPÍTULO 26	296
IMPORTÂNCIA DA ARTE E DE RECURSOS AUDIOVISUAIS NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	
Adrielly Ferreira Silva Augusto Monteiro Souza Rivete Silva Lima Nadja Larice Simão Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.53219210826	
CAPÍTULO 27	309
INDICADORES DE QUALIDADE NA TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: A IDENTIDADE PROFISSIONAL EM QUESTÃO	
Josimar de Aparecido Vieira Marilandi Maria Mascarello Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210827	
CAPÍTULO 28	326
INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DO REDUCIONISMO À MUDANÇA EPISTEMOLÓGICA	
Ana Cristina Souza dos Santos Akiko Santos	
DOI 10.22533/at.ed.53219210828	

CAPÍTULO 29	338
INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS E MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PEDAGOGOS À LUZ DO PENSAMENTO COMPLEXO	
Marilete Terezinha Marqueti de Araujo	
Taís Wojciechowski Santos	
Ricardo Antunes de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.53219210829	
CAPÍTULO 30	349
INTRODUZINDO O DESIGN DE INTERAÇÃO NO CURSO DE EDITORAÇÃO: CRIATIVIDADE NA CONCEPÇÃO DE PRODUTOS DIGITAIS DE ÚLTIMA GERAÇÃO	
Maria Laura Martinez	
DOI 10.22533/at.ed.53219210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	362
ÍNDICE REMISSIVO	363

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: IMPLICAÇÕES NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA- SAEB

Mirian Souza da Silva

Universidade Federal do Acre, Colégio de
Aplicação/UFAC – Acre

Cleudilanda Paula Pimenta

Universidade Federal do Acre, Colégio de
Aplicação/UFAC – Acre

Maria Dulciléa Bezerra Chaves

Secretaria de Estado da Educação, Ensino
Fundamental - Acre

RESUMO: O ensaio discorre sobre os impactos que o Sistema de Avaliação da Educação Básica sofrerá em decorrência da implantação da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino fundamental, aprovada em dezembro de 2017. Tem-se como objetivo discorrer sobre as mudanças que ocorrerão no Sistema de Avaliação da Educação Básica após homologação da BNCC. O texto dará continuidade à pesquisa intitulada: A Prova Brasil como política de avaliação em larga escala: implicações sobre o currículo escolar e o trabalho pedagógico em escolas municipais de Rio Branco/AC que foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Acre e está vinculada a linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional. Após as considerações iniciais, o texto aborda alguns pressupostos acerca da Avaliação em Larga Escala, seguido de um

breve histórico sobre a institucionalização do Saeb no Brasil e finalizando com as indicações de mudanças no Saeb no contexto da BNCC. Conclui-se apresentando que embora as avaliações que já compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica passem por alguns ajustes, a mudança de maior relevância será a implantação da Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI), prevista para 2021.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC. Avaliação em Larga Escala. Saeb.

NATIONAL COMMON CURRICULAR

BASE: IMPLICATIONS IN THE SYSTEM OF EVALUATION OF BASIC EDUCATION – SAEB

ABSTRACT: The essay discusses the impacts that the Basic Education Assessment System will suffer as a result of the implementation of the National Curricular Common Base for Early Childhood Education and Elementary Education, approved in December 2017. The objective is to discuss the changes that will occur in the Basic Education Assessment System after BNCC homologation. The text will continue the research titled: The Brazil Proof as a large-scale evaluation policy: implications on the school curriculum and pedagogical work in municipal schools in Rio Branco / AC that was developed in the Graduate Program in

Education, in the Federal University of Acre and is linked to the line of research Policies and Educational Management. After the initial considerations, the text addresses some assumptions about the Large Scale Evaluation, followed by a brief history about the institutionalization of Saeb in Brazil and ending with the indications of changes in Saeb in the BNCC context. It concludes by showing that although the assessments that already make up the Basic Education Assessment System undergo some adjustments, the most relevant change will be the implementation of the National Assessment of Early Childhood Education (ANEI), scheduled for 2021.

KEYWORDS: BNCC. Evaluation in Large Scale. Saeb.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente ensaio dará continuidade à pesquisa realizada para elaboração do capítulo teórico da dissertação de Mestrado que foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Acre (UFAC) e está vinculada a linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional. A dissertação discorreu mediante recorte acerca dos efeitos que a Prova Brasil, como política de avaliação externa, vêm provocando no trabalho pedagógico e currículo escolar em escolas da rede municipal de Rio Branco/Acre.

Na ocasião da pesquisa, que resultou na dissertação citada, foi realizada uma abordagem teórica acerca de alguns pressupostos sobre Avaliação em Larga Escala, tendo em vista que o Sistema de Avaliação da Educação Básica- Saeb é composto por um conjunto de avaliações deste tipo. Para tanto, inicialmente foram apresentados conceitos gerais e caracterização da avaliação em larga escala em que tivemos como referencial Pacheco et. al. (2014) que aborda sobre avaliação externa das escolas; Afonso (2009) que faz uma análise crítica sobre desenvolvimento de prestação de contas e responsabilização que são baseados em testes standardizados e rankings escolares; além das contribuições de Freitas et. al. (2009) que analisam a avaliação educacional na perspectiva de crítica às influências liberais.

Foram abordados também aspectos relacionados à institucionalização do Saeb, tomando como base de apoio as ideias de Gatti (2002, 2014) que reconhecidamente é uma estudiosa da temática da avaliação com vários trabalhos publicados sobre a implantação do Saeb, além de Bonamino e Sousa (2012), Bonamino e Franco (1999) e Coelho (2008), os quais auxiliam a compreender o processo de institucionalização do Saeb no sistema de educação brasileiro.

Para este ensaio daremos continuidade a análise acerca da reformulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica- Saeb, partindo da ocorrida no ano de 2005 pela Portaria nº 931 até o contexto mais atual, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em dezembro de 2017.

Diante do que foi exposto, teremos para este texto como objeto de estudo, os impactos que o Sistema de Avaliação da Educação Básica sofrerá a partir do

contexto da implantação da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino fundamental, aprovada em dezembro de 2017.

Como problemática traçamos: O que muda no Saeb a partir da implantação de uma Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental em nosso país?

E com vistas a encontrarmos respostas para a problemática traçada, definimos como objetivo, discorrer sobre as mudanças que ocorrerão no Sistema de Avaliação da Educação Básica após homologação da BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

2 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

É importante considerar que existem diferentes níveis de avaliação: “tanto da instituição escolar, denominada de *avaliação institucional*, como do próprio sistema como um todo, a *avaliação de redes de ensino* (FREITAS, 2009, P. 9)”. Freitas (2009) postula a existência de pelo menos três níveis de avaliação: avaliação em larga escala em redes de ensino (realizada no país, estado ou município); avaliação institucional da escola (feita em cada escola pelo seu coletivo); e a avaliação da aprendizagem em sala de aula, sob responsabilidade do professor (FREITAS, 2009, P. 10).

A partir do exposto pode ser observado que os três níveis de avaliação citados pelo autor acontecem partindo de três esferas: por agentes externos à escola – país, estado ou município, por agentes externos à sala de aula, mas não fora do contexto escolar – a escola – e a avaliação dentro da sala de aula, aquela que tem o professor como responsável.

Sobre os diferentes níveis de avaliação Schneider (2013) sugere que a diferença fundamental existente entre os níveis de avaliação refere-se exatamente nas finalidades das mesmas que são divergentes.

Nesse estudo o olhar está voltado para avaliação em larga escala, razão pela qual a ela será dado mais ênfase. Freitas (2009) defende que a avaliação que pode ser chamada de avaliação em larga escala é um mecanismo que acompanha de forma global redes de ensino e apresenta-se com o objetivo de traçar desempenho de sistemas de maneira histórica, permitindo verificar tendência ao longo dos anos, com intuito de “reorientar políticas públicas”.

As avaliações que ocorrem em larga escala, caracterizam-se pelo uso de testes padronizados, com aplicação externa, possuindo foco nos estudantes, nas escolas, nas redes ou nos sistemas de ensino. As avaliações em larga escala possuem como objetivo mensurar o desempenho dos estudantes em todos os níveis de ensino. Possui o termo larga escala, pois se refere à extensão alcançada, ou seja, o teste abrange uma grande proporção da população ou grupo tomado como referência

(DURLI; SCHNEIDER, 2011).

Realizando estudo mais aprofundado sobre o Sistema de Avaliação em Larga Escala podemos notar que o mesmo apresenta argumentos positivamente favoráveis, da mesma forma que possui argumentos desfavoráveis. Apresentamos abaixo, as principais ideias favoráveis ao Sistema de Avaliação em Larga Escala, de acordo com as análises de Bauer; Alavarse; Oliveira (2015):

- A avaliação responsabilizando escolas, professores ou até mesmo alunos, faz com que os mesmos fiquem mais comprometidos, sentindo-se desafiados e busquem melhoria de suas práticas, além de realizar transparência sobre os processos e resultados das avaliações;

- Por meio da transparência por resultados as famílias podem analisar e optar por uma ou outra escola, fazendo assim com que as escolas busquem melhoras;

- Com a existência de um currículo básico comum, as avaliações permitem realizar comparações entre alunos de diferentes lugares do país, bem como a gestão de uma escola pode comparar o desempenho da sua com a de outros de diferentes lugares do país, por meio da divulgação das médias.

- Como essas avaliações são objetivas e a correção é realizada por meio de computadores, os resultados são de maior precisão e credibilidade. Esses resultados podem ser utilizados como informações que possibilitam fazer um estudo ao longo dos anos e mediante isso elaborar políticas públicas educacionais visando melhorias na educação no país;

Paradoxalmente às defesas apresentadas ao Sistema de Avaliação em Larga Escala, obtemos também várias críticas entre elas, destacamos algumas:

- O papel que as avaliações vêm assumindo, de prestação de contas e responsabilização (*accountability*). As políticas de *accountability* podem ser entendidas principalmente como forma de responsabilização, em que por elas tornam-se públicos dados sobre desempenho do trabalho desenvolvido nas escolas e mediante esses dados a cor responsabilização dos gestores e professores pelos resultados alcançados (BROOKE, 2006);

- Estas avaliações estão aliadas a um novo modelo de gestão educacional. As políticas neoliberais têm alcançado o campo educacional trazendo o princípio da competência, propondo modelos gerencialistas no sistema educacional. De acordo com Hypólito, Vieira e Pizzi (2009), o gerencialismo vem sendo implantado nas políticas educacionais buscando novos modelos de gestão e currículo escolar, bem como implementar formas de gestão e de governo na formação do indivíduo;

- A responsabilização de escolas e professores interfere diretamente na autonomia dos docentes, muitas vezes induzindo o professor a como direcionar um determinado conteúdo;

- Esse tipo de avaliação pode provocar competições entre escolas, ocasionando muitas vezes, que pela busca desenfreada de resultados, os professores treinem os alunos para resolverem as avaliações, privando os alunos de um aprendizado

mais significativo. Treinamento este que pode interferir intrinsecamente no currículo escolar, fazendo com que os professores sintam-se pressionados a focar somente nos conteúdos e disciplinas que são cobrados nessas avaliações;

- Professores e também alunos podem sofrer um mal estar, devido à cobrança exacerbada em busca de bons resultados nas avaliações, o que muitas vezes pode gerar problemas sérios de saúde;

- Para além do que já foi mencionado, temos também em alguns casos o aumento da desigualdade, uma vez que a escola, a gestão e professores por serem pressionados por bons resultados, acabam investindo mais nos melhores alunos, uma vez que estes que podem elevar o índice da turma/escola.

Feitos esses esclarecimentos de ordem geral sobre a avaliação em larga escala, a partir daqui serão expostas questões que auxiliam a demarcar como ocorreu o surgimento de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica no Brasil (Saeb).

3 | INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SAEB

De acordo com Coelho (2008) desde as reformas dos anos 30 que vem sendo manifestado interesse por um sistema nacional de avaliação da educação básica no Brasil. No entanto, uma proposta inicial só veio a ser formalizada no final dos anos 80 do século passado.

Para Bonamino e Franco (1999) a institucionalização do Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica teve implicações externas, entre elas, o Relatório de Coleman (1966), Relatório de Plowden, na Inglaterra, e ainda de pesquisas similares que foram desenvolvidas na França logo em seguida, ambas tinham objetivo de avaliar diferentes aspectos educacionais.

Os autores ponderam sobre a obra “Educação e Desenvolvimento Social no Brasil” escrita por Cunha em 1972 e publicada em 1975 na qual já se apontava a falta de um sistema de avaliação da educação e se constatava a ausência de dados e de pesquisas quantitativas relacionadas à educação brasileira.

Posteriormente, com a elevação das taxas de reprovação no nosso País, começam surgir a necessidade de definição de políticas voltadas para o enfrentamento do problema de maneira que se buscasse apontar as causas e definisse possíveis estratégias de combate dessa situação. Precisamente no final da década de 80 do século XX é que ocorreram as primeiras ações voltadas para a criação de um sistema nacional de avaliação da educação básica “buscando verificar não apenas a cobertura do atendimento educacional oferecido à população, mas, principalmente, o desempenho dos alunos dentro do sistema. Tais ações levaram à subsequente institucionalização do Saeb” (BONAMINO; FRANCO, 1999, p. 108).

De acordo com a análise das autoras a origem do Saeb tem a ver com as grandes

demandas do Banco Mundial em que sugeriam a necessidade de implantação de um sistema de avaliação.

No Brasil, de 1987 a 1990, o Ministério da Educação investiu no desenvolvimento do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – Saep. Como salienta Sousa (1997), enquanto as pesquisas apontavam para as implicações educacionais e sociais da avaliação, o poder público recorria à testagem do rendimento do aluno, sendo este tomado como expressão do desempenho de escolas e sistemas. No mesmo período, a ampla difusão e discussão das teorias da reprodução cultural e social colocavam a descoberto a função seletiva e excludente da educação brasileira. A reflexão crítica marcava os debates na elaboração do novo texto constitucional. (COELHO, 2008, p. 233).

Neste sentido, no ano de 1988, o então chamado de Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau - Saep realiza uma aplicação inicial nos Estados do Paraná e Rio Grande do Norte com o intuito de testar os instrumentos e procedimentos. Porém, a falta de recursos impediu o andar do projeto, deslanchando somente de forma efetiva a partir de 1990 com a viabilização do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb (BONAMINO, FRANCO, 1999).

Segundo Coelho (2008), em meados dos anos 80, a escola ainda continua a ser vista como ineficaz, incapaz de interferir positivamente na vida dos alunos, aspecto este que começa a ser identificado como campo de pesquisa em potencial no Brasil. Essa busca pela escola eficaz em que possibilite as necessidades básicas, vão ser consolidadas mais tarde na década de 90 com intuito de averiguar a eficácia da escola. Nessa mesma época surgem em destaque com impulsos externos das reformas a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, a atual UNESCO, bem como o Banco Mundial.

A grande busca pela eficácia ou qualidade da educação básica faz com que em maio de 1990 ocorresse a *Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos*, em Jomtien, Tailândia:

O objetivo maior, na perspectiva oferecida no decorrer desse encontro, centrou-se na aquisição de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e destrezas, na formação de atitudes, no despertar de interesses e na interiorização de valores; entretanto, não se considerou em que medida esses resultados se integrariam no contexto de uma sociedade em constante transformação, sujeita à intervenção de múltiplas variáveis nem sempre previsíveis (VIANNA, 2003, P. 43).

A grande busca pela escola eficaz de qualidade juntamente com a exigência dos agentes externos e com o novo modelo de Estado (Estado Neoliberal), fizeram com que ficasse firmada ainda mais a necessidade da consolidação de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Sobre o surgimento de um sistema de avaliação no Brasil, Gatti (2014) aborda que desde final dos anos 80 os pesquisadores em educação começam as discussões sobre os problemas que eram apresentados no sistema escolar.

Mediante apresentações empíricas promovidas por discussões públicas havia

alto índice de fracasso escolar, concomitante a essa situação, não havia dados que fosse possível apresentar o desempenho dos alunos.

De acordo com Coelho (2008) o Saep – Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º grau foi substituído em 1990 pelo Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica que teve a primeira edição em 1990 e a segunda em 1993 em que era analisado o rendimento do aluno, perfil e prática docente e ainda perfil dos diretores e gestão escolar. Já em 1995 o Saeb incluiu o ensino médio e ainda as escolas particulares e para, além disso, acrescentaram em seus levantamentos dados sobre as características socioeconômicas, culturais, hábitos de estudos dos alunos e incluíram as 4º e 8º séries do ensino fundamental e ainda a 3ª série do ensino médio.

Na mesma época, a partir de 1995, houve inclusão de exames nacionais no sistema de avaliação (Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos – Encceja), bem como a evidencia do sistema de estatísticas. Segundo Coelho (2008), o sistema de avaliação nacional se estendeu também aos programas de governo, como ao Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, por exemplo.

O Saeb então passa a ser realizado de forma regular nos anos subsequentes e de acordo com Gatti (2002, p. 26) a partir do ano de 1995

[...] adotaram-se os procedimentos preconizados pela Teoria da Resposta ao Item, que, no entender dos especialistas desta avaliação do sistema, poderia oferecer informações mais amplas sobre o repertório escolar das crianças e jovens e condições de comparabilidade em escala, o que não era possível no modelo anterior.

Conforme explicitado, a partir de 1995 passa a se ter as avaliações orientadas pelo sistema de Teoria da Resposta ao Item fazendo com que os resultados das avaliações passassem a ser comparados em escalas o que não era possível com os modelos de provas que até então estavam em vigor.

Com a promulgação da LDB (Lei nº 9.394/96) fica estabelecido no plano legal que houvesse processo de avaliação nacional de rendimento da educação escolar sob responsabilidade da União em colaboração com os sistemas de ensino com objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

Além disso, no texto da atual LDB também ficaram definidas as competências que deveriam ser assumidas pelo Saeb, as quais estavam expressas tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como também das Diretrizes Curriculares tanto para o ensino fundamental e médio, pois em ambos estava explicitada uma determinada concepção de avaliação.

A partir de 1995, o Brasil conseguiu implantar um sistema de avaliação e informação da educação por meio da reestruturação do Inep e com a realização de censos variados e testes de desempenho em todos os níveis de ensino [...]. Os dados do Saeb analisados em cada um dos anos, em que se realizou o exame desde 1995 até 2003, mostram a insuficiência (médias obtidas abaixo da média mínima satisfatória) nos índices de desempenho dos alunos quanto às habilidades

Sobre o Saeb, Bonamino e Sousa (2012) afirmam que o mesmo é configurado como uma avaliação para diagnosticar e monitorar a qualidade na educação básica brasileira. Os testes cognitivos do Saeb são com base nas matrizes de referências que essas são elaboradas, de acordo com informações e divulgação do portal do MEC, a partir de um resumo daquilo que é semelhante nas diferentes regiões brasileira.

Bonamino e Franco (1999, p. 111) apresentam uma síntese dos objetivos gerais dos diferentes ciclos do Saeb os quais estão pautados em documentos oficiais que são descritos ao final de cada objetivo. No entanto, antes de se passar para a atual configuração do Saeb julga-se pertinente apresentar seus objetivos:

Para o 1º ciclo consta que o objetivo é aprofundar a capacidade avaliativa das unidades gestoras do sistema educacional, bem como regionalizar a operacionalização do processo avaliativo e ainda propor estratégias de articulação dos resultados (Cf. MEC/INEP, s/d., p.3).

Para 2º ciclo o objetivo é formular, reformular e monitorar políticas voltadas para melhoria da qualidade da educação (Cf. MEC/INEP, 1995), além de promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional, organizacional e operacional do Saeb e ainda incrementar, descentralizar e desconcentrar a capacidade técnica e metodológica na área de avaliação educacional no Brasil, enquanto que para o 3º ciclo, já em 1995, objetivava fornecer subsídios para as políticas voltadas para melhoria da qualidade, equidade e eficiência da educação no Brasil (Cf. MEC/INEP, 1995). Em relação ao 4º o objetivo é o de gerar e organizar informações sobre a qualidade, equidade e eficiência da educação nacional de forma a monitorar as políticas brasileiras.

Nessas etapas de avaliação nacional a realização dos testes era realizada com base apenas amostral e o Saeb ainda não interfere de forma direta nas escolas e nem no currículo escolar, pois não permitia medir o desempenho individual de alunos e escolas. Os autores vão apontar que como esse modelo de avaliação ainda não era capaz de apresentar a realidade de cada escola, por acontecer de maneira amostral, essa situação fez com que alguns estados e municípios sentissem a necessidade e criassem na sua própria localidade um modelo de avaliação em que fosse capaz de apresentar a realidade de cada escola:

O Estado de Minas Gerais, por exemplo, criou, em 1991, o Sistema de Avaliação da Educação Pública (Simave), e o Ceará, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece), em 1992. Várias outras iniciativas estaduais e municipais vêm sendo conduzidas desde então. No caso das unidades federadas, 14 das 27 possuíam, em 2007, sistemas próprios de avaliação (LOPES citado por BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 377).

A existência do Saeb em conjunto com as avaliações estaduais citadas acima fez com que em 2005 fosse aprovada a Portaria nº 931, de 21 de março de 2005

que institui o Saeb com uma nova configuração. Assim, atualmente “o SAEB é desenvolvido pelo INEP, autarquia do MEC, sendo o primeiro empreendimento brasileiro, em âmbito nacional, no sentido de avaliar profundamente o nosso sistema educacional” (NALLO, 2010, p.77).

Em 2005, o Ministério da Educação reformulou o Saeb pela Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, desde então o Sistema de avaliação da educação básica passa a ser composta por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb/Saeb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, por ter caráter universal.

De acordo com Oliveira (2011) e Bonamino (1999, 2012), a Aneb continuou com os procedimentos da avaliação de forma amostral das escolas públicas e também privadas, com olhar focado na gestão da educação básica.

A Prova Brasil, desta feita, passou a avaliar de maneira específica as escolas públicas que atendessem a critérios de quantidade mínima de estudantes na série avaliada, permitindo gerar resultados por escola.

Para o INEP – mais tarde em 2013, foi incorporada ao Saeb a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), com o objetivo de verificar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática para aferir informações sobre o PENAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Dessa forma atualmente o Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala: Aneb, Anresc (Prova Brasil) e ANA.

4 | PREVISÕES PARA O SAEB

De acordo com uma reportagem publicada na Revista Nova Escola, fruto de uma palestra intitulada “A BNCC e as avaliações externas da Educação Básica”, durante a Bett Educar (2018), realizada por Maria Inês Fini, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/2018), observa-se que há indícios de que o atual modelo do Saeb passará por algumas mudanças significativas.

É importante explicitar que estudos apontam que a Revista Nova Escola apresenta reciprocidade com as políticas públicas educacionais, observemos:

Os gêneros e discursos apresentados na revista *Nova Escola* mostram-se em perfeita equivalência de funcionalidade, pois tem objetivos comuns: informar e convencer o professor-leitor sobre temas educacionais propostos pelas políticas públicas. As informações encontram-se nas entrevistas com personagens de participação relevante no contexto educacional. (Silva, 2009, p.51)

Desta forma observa-se que a Revista Nova Escola vem cumprindo com papel de meio de divulgação das políticas públicas educacionais, e que na maioria das vezes a mesma trás participações de pessoas que possuem uma válida vivência e atuação no contexto público educacional.

Sendo assim, feita análise deste periódico, observamos indícios de mudanças no atual contexto de políticas públicas educacionais, na ocasião, mudanças no Saeb. De acordo uma divulgação, em 10 de maio de 2018, da revista Nova Escola, a atual presidente do INEP afirmou que o modelo vigente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) passará a ser composto pela Avaliação Nacional de Educação Infantil (ANEI), a ANA aos alunos do 2º ano do Fundamental, a Prova Brasil para 5º e 9º anos e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A presidente do INEP divulgou que nunca em toda história das Avaliações em Larga Escala no Brasil, existiu uma avaliação destinada à Educação Infantil, porém a meta é que a mesma já passe a entrar em vigor a partir de 2021. “A perspectiva é de que a Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI), como será chamada, avalie as condições de oferta da etapa de ensino.” (SEMIS, In: Revista Nova Escola, 2018, p. 1.).

Além da inserção de uma avaliação destinada aos alunos da Educação Infantil, as avaliações que já estão em vigor passarão por algumas mudanças para atender as novas exigências da BNCC:

- A ANA, avaliação que era destinada aos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, turma em que ocorria o fechamento do Ciclo da Alfabetização será antecipada para o 2º ano, uma vez que o ciclo da Alfabetização irá encerrar nesta série, de acordo com a BNCC para o Ensino Fundamental aprovada no final de 2017;

- A Prova Brasil, continuará sendo aplicada aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, porém, passará a contemplar a partir de 2021 a disciplina de Ciências, além de Língua Portuguesa e Matemática;

- “Já o Enem, que só deverá sofrer alterações dois anos após a aprovação da Base do Ensino Médio, deverá avaliar apenas a parte obrigatória do currículo da etapa. Os itinerários formativos ficarão de fora do exame.”(SEMIS, In: Revista Nova Escola, 2018, p. 2.)

5 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme anunciado no início deste ensaio, este texto apresentou como objetivo discorrer sobre as mudanças previstas para o Sistema de Avaliação da Educação Básica após homologação da BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Ficou constatado mediante publicação da Revista Nova Escola, em 10 de maio de 2018, que o Saeb passará por algumas modificações, entre elas a que se considera de maior relevância será a inserção da Educação Infantil no processo avaliativo em Larga Escala. Justifica-se o termo “maior relevância”, pois a Educação Infantil ainda é a única etapa da educação básica que não faz parte do Saeb.

Na pesquisa que resultou na dissertação à qual se inicia fazendo referencia ao início deste ensaio, constatou-se mediante análise de discursos obtidos por meio de entrevistas com professores do 5º ano do Ensino Fundamental de escolas da

rede pública municipal de Rio Branco, que há uma grande crítica na forma como as avaliações em Larga Escala vem sendo desenvolvida e gerida através dos testes em larga escala de forma censitária que resultam em informações meramente quantitativas e mensuráveis. O estabelecimento de metas, os testes em larga escala e a divulgação dos resultados por escola são políticas disciplinares que acabam transferindo para a escola e os professores a plena responsabilidade pela qualidade educacional, fazendo com que as práticas pedagógicas e o currículo escolar sejam estreitados para aquilo que é cobrado nessas avaliações.

Desta forma, compreende-se que o processo de Avaliação em Larga Escala será antecipado para etapa inicial da Educação Básica e se o currículo escolar está sendo estreitado para adaptar conteúdos e disciplinas cobrados nas avaliações que já estão em vigor, é bem provável que isso ocorra também com a Educação Infantil, interferindo na essência desta etapa. Fato este, que só poderá ser comprovado mediante estudos e pesquisas após aplicação da avaliação, que está prevista para acontecer em 2021.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que em educação é mensurável ou comparável**. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. Revista Lusófona de Educação, 2009, 13-29.

BAUER, A.; ALAVARSE, O. M.; OLIVEIRA, R. P. **Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. Disponível em :<<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508144607>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. **Avaliação e política educacional**: O processo de institucionalização do Saeb. Cadernos de Pesquisa, nº 108, novembro/1999.

BONAMINO, Alícia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil**: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 que Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2017.

_____. **Portaria nº 931, de 21 de março de 2005**. Estabelece Instituição do Sistema de Avaliação da Educação Básica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 22 mar. 2005.

BROOKE, Nigel. **O Futuro das Políticas de Responsabilização Educacional no Brasil**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

COELHO, Maria Inê Matos. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil**: aprendizagens e desafios. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229- 258, abr./jun. 2008.

DURLI, Zenilde; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Regulação do currículo no ensino fundamental de 9 anos**. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 11n. 2 - p. 170-178 / mai. ago 2011 Disponível em

<<<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2665>>>. Acesso em: 12 de out. de 2015.

FREITAS, Luiz Carlos... [et. al.] **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GATTI, Bernardete A. **Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações**. EccoS Revista Científica, vol. 4, núm. 1, junho, 2002, pp. 17-41 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil.

_____. **Avaliação: contexto, história e perspectivas**. In: Olh@res, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 08-26. Maio, 2014. Disponível em<<file:///C:/Users/Polivalencia_03/Downloads/202-2557-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 jul.2015.

HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, J. S.; PIZZI, Laura C. V. **Reestruturação curricular e auto intensificação do trabalho docente**. In: Currículo sem Fronteiras, v.9, n.2, pp.100-112, Jul/Dez 2009. Disponível em:<<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/hypolito-vieirapizzi.pdf>>>. Acesso em: maio de 2016.

NALLO, Rita de Cássia Zironi Di. **Avaliação externa: estratégias de controle ou inclusão?** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PACHECO, J. A, et al. **Avaliação externa das escolas: Quadro teórico/ conceptual**. 2014.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica**. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 30, p. 17-33, jan./abr. 2013. Disponível em :<< [http:// link.periodicos.capes.gov.br](http://link.periodicos.capes.gov.br)>> SEMIS, L. Educação Infantil ganhará avaliação nacional. In: Revista Nova Escola. 10 de maio de 2018. Disponível em :<<https://novaescola.org.br/conteudo/11729/educacaoinfantilganharavaliacao-nacional>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

SILVA, D. A. B. M. **A MÍDIA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO: A REVISTA NOVA ESCOLA**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Educação, Universidade de Marília, Marília.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas**. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, p. 41-76, jan-jun/2003. .594).

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 174, 175, 182

Avaliação contínua 37, 42

Avaliação da Educação Básica 49, 51, 52, 58, 59, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 191, 258, 262

Avaliação institucional 47, 73

B

Bases Tecnológicas 14

C

Cidadania Planetária 98, 99

Conectivismo 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 97

Construcionismo 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96

Currículo Escolar 137

D

Debate Paradigmático 115, 116

Desenvolvimento profissional 149, 153, 155, 160

E

Educação de Jovens e Adultos 14, 107, 209, 210, 214, 217

Educação Domiciliar 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207

Educação Profissional e Tecnológica 105, 106, 109, 113, 114, 362

Estado neoliberal 49, 57

Estratégias de ensino-aprendizagem 105

F

Formação continuada 114, 338, 343

Formação de professores 13, 36, 135, 149, 362

Formação omnilateral 105

G

Graduação presencial 37

I

Identidade Cultural Negra 137

Informática Educativa (IE) 86
Informática na Educação 1, 13, 87
Inovação Pedagógica 161, 167
Instrucionismo 86, 87, 88, 89
Internet das Coisas 14, 15, 17, 18, 21, 23, 24

L

Literatura infantil 174

M

Meritocracia 49, 58

P

Paulo Freire 17, 93, 119, 123, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 148, 210, 220, 234, 307, 324, 330
Pensamento Complexo 329, 338, 339, 340, 341, 342, 346, 347
Perfil Computacional 1
Performatividade 149
Políticas públicas de avaliação 49, 73
Prática docente 25
Projeto de Vida 98, 101, 102
Projeto político-pedagógico 73

R

Regulação social 149
Resignificações 149

S

Saúde Comunitária 98, 102, 104
Saúde Ecológica 98, 101, 102, 103, 104
Socialização 199

T

Tecnologias e Mídias digitais 338, 343, 347
Transdisciplinaridade 263, 267, 272, 274, 326, 327, 329, 332, 337, 348

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-553-2



9 788572 475532